



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

**Ata da Audiência Pública sobre o empreendimento “Obras de Implantação do Sistema de Processamento e Aproveitamento de Resíduos e Unidades de Recuperação de Energia SPAR-URE-SBC”, de responsabilidade da SBC Valorização de resíduos S/A, realizada no dia 04 de setembro de 2014, às 17 horas, no Teatro Elis Regina, Avenida João Firmino, 900, São Bernardo do Campo/SP.**

Realizou-se, no dia 04 de setembro de 2014, às 17 horas, no Teatro Elis Regina, Avenida João Firmino, 900, São Bernardo do Campo/SP no Auditório do *Campus* Experimental da UNESP, Audiência Pública sobre o empreendimento “Obras de Implantação do Sistema de Processamento e Aproveitamento de Resíduos e Unidades de Recuperação de Energia SPAR-URE-SBC”, de responsabilidade da SBC Valorização de resíduos S/A (Processo 230/2010). Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo Germano Seara Filho declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Rubens Naman Rizek Júnior, saudava e dava boas-vindas aos representantes do Poder Executivo – nas pessoas dos Ilustríssimos Senhores Tarcísio Secoli, Secretário de Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo; Tássia de Menezes, Secretária de Habitação da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo; e João Ricardo Caetano, Secretário de Gestão Ambiental de São Bernardo do Campo –, das entidades da sociedade civil – nas pessoas dos Ilustríssimos Senhores Sergio Ricardo, representante do Movimento Billings Que Te Quero; Francisca Maria Lima de Araújo, representante da Cooperativa Reluz, de São Bernardo do Campo; Dorinha, representante da Cooper Pires, de Ribeirão Pires; Virgílio Alcides de Farias, presidente do MDV do ABC; José Fernandes Lopes, representante da AMA-Associação dos Metalúrgicos Aposentados, de São Bernardo do Campo; Luciana Barreira, representante da FESP, de São Paulo; Adolfo Homma, representante da COOPCENT, do ABC; Armando Octaviano Junior, representante do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis; Vivian Paes Barreto Smith, Centro de Pesquisa CECORP-USP; Alexandre Damásio Coelho, representante da S.O.S. Billings; João Batista de Oliveira, representante da Sociedade Amigos do Bairro Jardim Serro Azul; Carlos Henrique, representante da SACI-Sustentabilidade Ambiental; Valdinéia Adriana de Jesus, representante da COOPER LUZ, de São Bernardo do Campo; e Paulo Nelson do Rego, representante do Instituto Educa Brasil –, dos COMDEMAS – na pessoa do Ilustríssimo Senhor Luiz Rodolfo de Medeiros, representante do COMDEMA de Diadema; e Daniel Abraão Tomandl, representante do CONCIDADE, de São Bernardo do Campo –, dos órgãos públicos – nas pessoas dos Ilustríssimos Senhores Fábio Mariano, representante da Agência Reguladora de Saneamento Básico de São Bernardo do Campo; e Sebastião Ney Vaz Júnior, representante da SEMASA-Serviço Municipal de Saneamento Ambiental, do Município de Santo André –, dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, das entidades ambientalistas, da Polícia Militar, enfim a todos que compareceram a essa audiência pública sobre o empreendimento “Obras de Implantação do Sistema de Processamento e Aproveitamento de Resíduos e Unidades de Recuperação de Energia SPAR-URE-SBC”, de responsabilidade da SBC Valorização de resíduos S/A (Processo 230/2010). Declarou que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA sobre empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de manejo, enfim, acerca de tudo aquilo que diz respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indicava o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos, para que dêem as opiniões, formulem indagações, apresentem suas contribuições, sugestões e críticas e tudo o que possa contribuir para melhoria dos estudos e do projeto e/ou proposta apresentada. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas é completamente isento, e sua função, tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra para garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-

Página 1 de 10



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

lo de forma democrática e organizada. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação CONSEMA Normativa 01/2011 para a condução das audiências públicas e declarou que o CONSEMA previu que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta, e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados sobre ele/ela. Explicou que, imediatamente após, fariam uso da palavra aqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que não representam órgãos públicos ou entidades civis, mas que falam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Em sequência, se manifestam os representantes de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal; a seguir, os representantes do CONSEMA e dos COMDEMAS que se inscreverem, com direito também a cinco minutos cada um. Por fim, acrescentou, falariam os representantes do Poder Executivo, seguidos daqueles que representam o Poder Legislativo, e que o motivo pelo qual os representantes desses dois poderes falam em último lugar é que só assim poderão manifestar-se acerca das críticas, elogios e sugestões feitos pelos diferentes segmentos da sociedade que antes deles tenham se manifestado, podendo assim opinar ou oferecer esclarecimentos que eventualmente os pontos de vista expostos tenham suscitado. Reiterou que só poderia fazer uso da palavra quem se inscrevesse, e que, portanto, aquele que desejasse fazê-lo e ainda não houvesse se inscrito, o fizesse. Informou que a Mesa Diretora dos Trabalhos era presidida por ele, Secretário-Executivo, e composta ainda por até dois membros do CONSEMA – e convidou o conselheiro Marcos Couto, que se encontrava presente, a também compor a mesa –, como também de um representante da área de licenciamento ou da área responsável pela proposta que está sendo discutida – na ocasião o engenheiro civil Rodrigo Passos Cunha, gerente da Divisão de Avaliação de Empreendimentos de Transporte da CETESB, a quem igualmente convidou a tomar assento à Mesa Diretora dos Trabalhos. O engenheiro Diego Nicoletti, diretor-executivo da SBC Engenharia, apresentou breve histórico do empreendimento, sua organização, etapas de desenvolvimento e objetivos, após o que o engenheiro civil Clóvis Benvenuto, diretor técnico da Geotecnia Ambiental Consultoria e Projetos-GEOTECH, empresa responsável pela elaboração dos estudos de impacto ambiental, apresentou uma síntese do EIA/RIMA, precisamente dos motivos da escolha da alternativa locacional, da capacidade pretendida para o empreendimento quando de sua plena operação, dos impactos que ele promoverá, principalmente nos recursos hídricos e nos meios físico, biótico e antrópico, e das medidas que serão implementadas com o objetivo de preveni-los ou mitigá-los. Declarou ainda que a audiência pública, como indica o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado(a) a todos para que opinem, formulem indagações, ofereçam contribuições, sugestões e críticas e tudo o que possa contribuir para a melhoria dos estudos, projetos ou proposta apresentadas. Esclareceu também que seu papel nas audiências é completamente isento, e sua função, tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra para garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação CONSEMA NORMATIVA 01/2011 para a condução das audiências públicas e declarou que o CONSEMA previu que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que, na primeira parte, tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta, e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados sobre eles. Explicou que, imediatamente após, fariam uso da palavra aqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que representam o Poder Executivo, e, em seguida, daqueles que representam o Poder Legislativo. Noticiou que a Mesa Diretora de Trabalhos era composta por ele e por dois representantes do CONSEMA – e convidou os conselheiros Dimitri Auad e Pierre Ribeiro de Siqueira a também integrá-la – como ainda por um representante da área de licenciamento ambiental da CETESB – chamada a tomar assento à Mesa a engenheira química Gabriela Nenna Ferraresi,

Página 2 de 10



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

gerente do Setor de Avaliação de Sistemas de Tratamento de Resíduos da CETESB. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil. Francisca Maria Lima de Araújo, representante da Cooperativa Reluz e catadora de material reciclável em São Bernardo do Campo, declarou não acreditar que a ideia da sustentabilidade possa abraçar ao mesmo tempo a coleta seletiva e a incineração dos resíduos, e ressaltou a propósito que tanto técnicos quanto profissionais de saúde e mesmo as prefeituras municipais, cada qual por suas razões, defendem enfaticamente o expediente da coleta seletiva. Suscitou questões atinentes ao regime de contratação dos catadores e aos problemas decorrentes da falta dessa mão de obra, e relatou sua experiência com a cooperativa que representa. No ensejo do assunto tratado, manifestou sua gratidão ao empenho com que a população da região tem buscado triar o material reciclável, encaminhando-o para as cooperativas. Defendeu que a melhor destinação para os resíduos sólidos é sempre a reciclagem, o que aliás vai ao encontro da política nacional de resíduos sólidos, e que, face à sua impossibilidade, outros caminhos se apresentam antes que seja necessário pensar-se na incineração do lixo, e citou, a título de exemplo, a compostagem. Pediu respeito à categoria que representa, enfatizando sua relevância social, e agradeceu, sob aplausos. Dorinha, catadora e representante da Cooper Pires, de Ribeirão Pires, alertou para os malefícios da interferência do empreendimento em discussão sobre a coleta seletiva e sobre própria atuação dos catadores, registrando seu temor de que não apenas os rejeitos sejam objeto de queima. Denunciou a terceirização da mão de obra pela cooperativa a que se vincula, enfatizando, entre outras consequências deletérias que a iniciativa promoverá, o distanciamento da população. Elegeu os baixos salários como fator determinante da evasão de trabalhadores das cooperativas de reciclagem, e lembrou que, necessária ao equilíbrio ambiental, a atividade é adequadamente regulada pela legislação em vigor. Encerrou fazendo votos de que sejam readmitidos, em razão da importância do serviço por eles prestados. Sergio Ricardo, representante do Movimento Billings Que Te Quero Viva, parabenizou a Prefeitura de São Bernardo, na pessoa do Secretário de Serviços Urbanos, pela corajosa iniciativa de tratar de assunto da complexidade deste de que se trata, o lixo. Parabenizou também os catadores pelo trabalho conduzido com afinco em prol do meio ambiente. Estabeleceu paralelo entre as questões da destinação do lixo e dos esgotos, ressaltando a importância, enquanto primeiro passo no equacionamento da questão da destinação e tratamento dos resíduos, do empreendimento ora em debate. Propôs outrossim a inclusão, dentre os compromissos assumidos pela nova usina, do de preservação da Represa Billings, e propôs fossem para tanto disponibilizados os recursos economizados do ISS e ICMS, entre outros, de modo a garantir a preservação de sua fauna e flora. E lançou um derradeiro questionamento sobre até quando se continuará a procrastinar o encaminhamento da solução definitiva para a questão do lixo na região. Virgílio Alcides de Farias, presidente do MDV do ABC, chamou a atenção, escorado em legislação específica, que mencionou, para a prioridade de destinação das águas, qual seja, para abastecimento público. Demais usos, asseverou, somente são admitidos desde que não tragam prejuízos ao abastecimento público. Denunciou, ainda mencionando legislação pertinente, que a CETESB teria orientado a municipalidade local a, apoiada em legislação que remonta ao tempo da ditadura militar, promover a aprovação do empreendimento em área de mananciais, em flagrante violação da legislação protetiva dessas áreas. Lamentou que, num estado que se proclama democrático de direito, subsista um dispositivo legal que autorize um empreendimento que noutros países tem sido desativado a lograr no nosso instalação. Observou que, diversamente do que preconiza a legislação vigente, o que se verifica no município é antes a priorização do fomento à poluidora indústria da incineração que a valorização da atividade desenvolvida pelos catadores de baixa renda vinculados a cooperativas e associações. Informou que fora denunciado ao CONSEMA, por ocasião de sua última reunião, a existência de impedimento legal à implantação do empreendimento em discussão, posto tratar-se a alternativa locacional eleita de área de proteção a mananciais. Relatou haver proposto fosse o tema pelo pautado colegiado, não logrando entretanto êxito, e declarou, a propósito, que encaminharia o mesmo documento que apresentara ao Plenário do CONSEMA à mesa diretora dos

Página 3 de 10



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

trabalhos daquela audiência. Discorreu sobre a gravidade da escassez de água no Estado, defendendo a necessidade de se impedir que empreendimentos “nefastos” como a usina em discussão se concretizem no perímetro que integra a bacia da Billings, e reiterou que protocolaria uma vez mais o documento subscrito pelo MDV antes mencionado. José Fernandes Lopes, representante da AMA – Associação dos Metalúrgicos Aposentados, de São Bernardo do Campo, narrou experiências e vivências que lhe permitiram melhor conhecer a atividade das cooperativas de catadores, pelas quais confessou admiração, e enfatizou a importância, no contexto da reciclagem, de se implementar um eficaz programa de educação ambiental. Propôs que o projeto em questão contemplasse uma equipe de manutenção para os filtros, de modo a suprimir ou mitigar possíveis falhas no equipamento, e propôs, ao final, fosse oferecido aos síndicos de condomínios da região treinamento específico na matéria da reciclagem. Luciana Barreira, professora e representante da FESP, de São Paulo, narrou em detalhes trabalho desenvolvido junto à Prefeitura de São Bernardo do Campo na área da gestão de resíduos, dando conta das estratégias adotadas, dos programas previstos e dos resultados ao final obtidos, sempre atendendo ao ideal de sustentabilidade e ao que preconiza a política nacional de resíduos. Adolfo Homma, representante da COOPCENT, do ABC, declarou-se inicialmente perplexo com a notícia que lhe chegara e segundo a qual o Governador Geraldo Alckmin teria a intenção de instalar mais dezoito centrais de incineração no Estado, e disse temer pela qualidade do ar. Defendeu a coleta seletiva e a compostagem, e trouxe à baila o caso de Portugal, país que conta com apenas três incineradores em operação e cujo governo julgou por bem proibir fossem implantados mais centrais como estas – aos incineradores, via vedação legal, não podem ser encaminhados mais de 20% do total do lixo produzido. Especialistas do país, perguntados acerca do empreendimento em discussão, não avalizaram sua implantação, opinando que a obra em pouco tempo se tornará um “elefante branco”. Traçou um paralelo entre a produção de energia da usina Henry Borden e do empreendimento em discussão, incomparavelmente menor. Citou como paradigma o exemplo da cidade de Londrina, que, ao priorizar a reciclagem, aparelha-se através da contratação de grande número de catadores – num total de oitocentos –, agindo deste em conformidade com as diretrizes impostas pela legislação ambiental a respeito. Armando Octaviano Junior, representante do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, declarou discordar integralmente da forma como a política de resíduos sólidos é tratada pela Prefeitura de São Bernardo do Campo. Tendo tecido elogios ao debate sobre o mesmo empreendimento que teve lugar no Município de Diadema, ponderou que o desenvolvimentismo não deve prevalecer sobre o socioambiente, e que a maior preocupação do administrador deve voltar-se para a valorização da vida. Teceu considerações de caráter político-partidário, exortando a bancada de vereadores a assumir seu papel na defesa intransigente dos legítimos interesses da população local. Declarou confiar irrestritamente na capacidade política do movimento a que se vincula, e posicionou-se contrário ao empreendimento, tal qual se apresenta. Ao final, propôs: 1) que a coleta seletiva do empreendimento seja feita por catadores contratados por cooperativa ou associações; e 2) que se envolva a sociedade civil no trabalho de educação ambiental na questões da gestão dos resíduos e da logística reversa, a respeito das quais o setor privado, pareceu-lhe, tem se omitido. Ao final, conclamou todos a se unirem em torno da melhor alternativa para o município. Vivian Paes Barreto Smith, mestre em ciência ambiental, doutoranda em comunicação social e pesquisadora do representante do Centro de Estudos de Comunicação Organizacional e Organizações Públicas da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – CECORP/USP, começou por delimitar as atribuições do órgão que representa. Chamou inicialmente a atenção para a incompletude dos estudos apresentados pelo grupo empreendedor e equipe consultora, insuficientes à vista do porte do empreendimento, e observou que de sua análise é possível constatar representativas falhas no que tange aos processos de comunicação, aspecto fundamental em projetos que envolvem interesses difusos. Observou a propósito que a obediência às diretrizes apresenta particular importância no tema do reassentamento. Comentou que não eram apenas empreendedor e catadores a interessarem-se pelo empreendimento, mas que toda a



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

sociedade civil tinha interesse objetivo no melhor encaminhamento do processo em questão. Alertou para o fato de que o plano proposto no EIA/RIMA não recebia a assinatura de profissional de comunicação habilitado, conforme exigência legal, e requereu, se porventura o procedimento licenciador for levado à frente, seja realizado plano de comunicação completo, incluindo públicos, objetivos, monitoramento de resultados e ações definidas. Alexandre Damásio Coelho, representante da S.O.S. Billings, após enfatizar o caráter pouco elucidativo da apresentação, indagou qual será a destinação das famílias expropriadas, e se serão na justa medida indenizadas. Denunciou a propósito a falta de disposição para o diálogo demonstrada pela prefeitura municipal, que deixa respostas diversos dos questionamentos acerca do procedimento expropriador, queixando-se ainda do distanciamento do empreendedor e da omissão da Câmara Municipal como do próprio Ministério Público do Estado de São Paulo. João Batista de Oliveira, representante da Sociedade Amigos do Bairro Jardim Serro Azul, chamou a atenção para a indiferença com que o Poder Público tem tratado os moradores das áreas circunvizinhas ao aterro. Destarte, qualificou positivamente o empreendimento em questão, alertando contudo para a importância de se regulamentar sua operação de modo a possibilitar que produza a menor contaminação possível, e parabenizou aos recicladores pela atividade desenvolvida. Concluiu sua manifestação enaltecendo os aspectos positivos que um empreendimento dessa natureza traz consigo, e agradeceu pela democrática oportunidade de manifestar-se nesta audiência. Carlos Henrique, representante da SACI-Sustentabilidade Ambiental, chamou a atenção de aspectos previstos no EIA, especialmente quanto ao atendimento da legislação federal pertinente, que representa o marco regulatório do tema da gestão dos resíduos sólidos, e perfilou proposições, mormente de caráter procedimental, com respeito à agência ambiental, órgão responsável por sua análise. Teceu reflexões acerca do conceito de sustentabilidade aplicado à gestão de resíduos, enfatizando que os esforços devem ser envidados antes na não produção que na gestão do resíduo produzido. Empreendimentos como este que ora se discute, completou, mostram-se então incongruentes, na medida em que é necessário o resíduo para que operem. Propôs fossem considerados os estudos do professor Paulo Saldiva no projeto apresentado, e elogiou a abordagem recebida pelos aspectos socioambientais do empreendimento. Fez detalhado balanço das previsões de geração de vagas de emprego, tecendo os prognósticos e extraindo as conclusões pertinentes, e chamou a atenção para o que deve ser complementado, nesse tema, nos estudos apresentados. Valdinéia Adriana de Jesus, representante da COOPERLUZ, de São Bernardo do Campo, indagou se haverá repercussão do empreendimento, uma vez operante, sobre a quantidade de material reciclável que chegará as casas de reciclagem, questionando ainda que benefícios objetivamente a usina trará para o município. Paulo Nelson do Rego, presidente do Instituto Educa Brasil e membro da Comissão de Meio Ambiente da Ordem dos Advogados do Brasil, lançou reflexão atinente à discussão sobre a viabilidade do empreendimento, posto que situado em área sensível da região, e defendeu a valorização do catador, categoria profissional pouco respeitada. Indagou, a propósito, precisamente quantas pessoas trabalharão na usina e quantas outras, por sua vez, integram o Plano Nacional de Resíduos Sólidos pelo município. Conclamou os cidadãos presentes ao evento a manterem atenta fiscalização ao cumprimento dos programas preconizados pelo projeto. Outra questão que suscitou é se o empreendimento realmente vem melhorar as condições ambientais da disposição final de lixo. Passou-se à etapa em que se manifestam as pessoas que, sem representar nenhum órgão ou entidade, falam em seu próprio e exclusivo nome. Carlos César Felizardo Magalhães requereu maiores esclarecimentos acerca da destinação das famílias, como a dele, residentes nas áreas objeto de expropriação. Questionou a alternativa locacional eleita, confessou sua angústia no que tange à indefinição do local para onde serão destinadas as famílias e exigiu que esse processo seja conduzido considerando-se sobretudo as necessidades dos habitantes que perderão suas moradias. Murilo Andrade Vale, professor universitário, chancelou a solução técnica apresentada pela equipe consultora, que qualificou tecnologicamente viável sob o ponto de vista ambiental. Comentou da permanente evolução por que passam as soluções tecnológicas, fornecendo dados

Página 5 de 10



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

pertinentes à presença dos aterros nos grandes núcleos urbanos. Ao final, elogiou as soluções ambientais adotadas pelo município de São Bernardo do Campo, e que o coloca à frente das adotadas por inúmeros países. Joana D'Arc Pereira Costa, catadora da COOPERPIRES, teceu considerações sobre o papel da categoria no contexto em que atua, denunciou a precariedade das condições de trabalho dos catadores, e ressaltou que o investimento em incineração vinha na contramão do que de fato deveria ser feito, que outra coisa não é senão a reciclagem que sucede à coleta seletiva. Suscitou ainda a questão da contratação das cooperativas e conclamou os presentes a refletirem acerca da real utilidade do empreendimento em questão. Elcires Pimenta abordou historicamente a tecnologia da incineração e seu papel no mundo hodierno, ofertando argumentos justificadores da necessidade de implantação da usina incineradora no município. Comentou que a usina em questão, considerando os parâmetros definidos pela CETESB para a emissão de gases, deverá necessariamente ser uma usina moderna e eficiente, e que, portanto, descabem maiores temores, nesse aspecto, quanto ao impacto do empreendimento. Observou que as usinas modernas são projetadas para funcionar a partir da utilização de resíduos de alto poder calorífico e capacidade de combustão, de modo a propiciar a queima total do resíduo. Chamou a atenção para o fato de que a empresa é limitada, por lei e sob pena de intervenção da municipalidade, a enviar para o aterro apenas 25% dos resíduos, restando portanto impedida de cumprir a meta que determinou sua criação. Citou exemplo português, que possui três usinas com as características desta que se analisa, enfatizando a necessidade de um adequado planejamento das obras. Elogiou a iniciativa da prefeitura de São Bernardo ao trazer o tema à discussão, e terminou por explicar que alguns estudos de situações não dizem respeito ao particular caso daquela usina. Artur Paes Aranão, representante da Associação dos Metalúrgicos Aposentados do ABC, dissertou sobre as ações que vêm sendo empreendidas pelo poder público para atender as famílias que moram em áreas de risco. Relatou que na cidade de São Bernardo do Campo, mais de seis mil moradias foram providenciadas para atender famílias nesta situação, e que mais de 17 mil regularizações fundiárias estão sendo providenciadas. Com a adoção da tecnologia proposta, estimou em R\$ 70,00 o custo da queima de uma tonelada de resíduos, o que equivale, aproximadamente, a R\$1.490.000,00 por mês. Além de economicamente viável, ressaltou que a adoção da tecnologia também é positiva sob a perspectiva da geração de empregos, não restrita à cidade de São Bernardo. Para promover a ampla divulgação da legislação incidente lembrou que foram distribuídos vários CDs e livros para que a população tenha acesso à informação. Ressaltou ainda ter ficado satisfeito quando soube na audiência pública que a própria CETESB fará o monitoramento em tempo real das emissões dos gases gerados na queima de resíduos. Ismar Pinheiro Araújo disse que, da mesma forma que muitos dos presentes, empreendeu enorme esforço para comparecer à audiência, tendo que antecipar sua saída do trabalho e deixar os filhos sozinhos em casa. No entanto, confessou sentir-se frustrada porque sua expectativa de saber sobre o destino das famílias afetadas pelo empreendimento não foi atendida até aquele momento. Rodolfo de Medeiros, representante do CONDEMA de Diadema relatou que em razão do empreendimento encontrar-se na divisa dos municípios de São Bernardo e Diadema, protocolou Ofício na Secretaria-Executiva do CONSEMA com o objetivo de que o escopo da discussão também seja apresentado ao CONDEMA. Informou a existência de estudo que indica que 1% dos poluentes orgânicos e persistentes, dentre os quais a dioxina, não são retidos pelos filtros dos incineradores, e que a pluma de poluentes chega a atingir mais de três quilômetros de raio. Lembrou que, atualmente, 370 organizações de 77 países posicionaram-se contra a incineração, e que mais de 500 incineradores no Japão e 300 nos Estados Unidos foram impedidos de se instalarem por pressão da comunidade local. Expôs suas dúvidas quanto à efetividade dessas tecnologias, alertando para o fato de que os incineradores são instalados somente em bairros pobres. Lembrou da existência de alternativas sustentáveis e economicamente mais baratas, expondo como exemplo a implantação da primeira usina movida a biogás proveniente da decomposição do lixo orgânico, implantada, recentemente, em Guarapará, interior de São Paulo. Classificou a incineração como uma tecnologia obsoleta, que destrói os recursos naturais, e



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

comentou que 69% das emissões de dioxinas no mundo provêm de incineradores. Destacou que o monitoramento da pluma desses incineradores, operado por satélite desde 2009, evidencia que os poluentes deslocam-se da China até o litoral americano. Daniel Abrahão Tomandl, representante do CONCIDADE, de São Bernardo do Campo, relatou estar preocupado com o teor de alguns dos pronunciamentos contrários ao empreendimento ou sem posição definida, e, como gestor da Prefeitura de São Bernardo, confessou sentir-se no compromisso de apoiar as diversas boas coisas realizadas por ela. Relatou que hoje o município está recebendo lixo gerado em países europeus e até mesmo pneus para serem reaproveitados. Demonstrou preocupação pela falta de perspectiva de contratação de catadores e defendeu que tal situação seja alterada, tendo em vista a inclusão de novas cooperativas. Passou-se à manifestação dos representantes de órgãos públicos. Fábio Mariano, representante da Agência Reguladora de Saneamento Básico de São Bernardo, disse que considerava natural a ocorrência, durante a audiência, de manifestações de diversas naturezas, algumas exaltadas e até mesmo contraditórias, tratando-se de um projeto de tal magnitude. Fez questão de deixar claro que a posição da Agência Reguladora Municipal de São Bernardo do Campo é eminentemente técnica e independente do poder executivo municipal. Esclareceu que a finalidade da agência é regular o contrato de parceria público-privada que estrutura o projeto de construção do sistema SPAR-Ure, quanto aos aspectos econômicos como jurídicos. Dentre suas atribuições encontra-se a de fazer com que o município cumpra os marcos regulatórios da legislação federal, estadual e municipal que tratam dos resíduos sólidos, nos quais a incineração também está contemplada, além dos requisitos estabelecidos pela CETESB e no contrato estabelecido. Relatou que a planta de incineração contará com sistema de controle e monitoramento de emissões gasosas, sendo os resultados disponibilizados, *online*, para a CETESB e o município. Afirmou que qualquer cidadão ou organização podem recorrer à concessionária, caso tenham constatado alguma irregularidade. Por esses motivos, disse tratar-se de um projeto pioneiro, ambientalmente sustentável e respaldado jurídica e operacionalmente com objetivo de complementar o sistema público de gestão de resíduos do município. Sebastião Naves Junior representante do SEMASA, Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André, descreveu as perspectivas futuras relacionadas ao planejamento de resíduos dos municípios do ABC e relatou ser necessário encontrar alternativas tecnológicas para solução dos problemas. Reforçou a necessidade de se delinear um plano regional de resíduos, porque cada município precisa buscar soluções individuais para seus resíduos. Informou que, em Santo André, são geradas 650 toneladas diárias de resíduos, e que foi necessário reativar um aterro municipal e contratar catadores, dando-lhes condições adequadas de trabalho. Acrescentou que os gestores públicos necessitam encontrar soluções, a médio e longo prazo, para tratar e destinar resíduos quer seja por incineração, compostagem ou outras possibilidades, em conjunto. Tássia de Menezes, representante da Secretária de Habitação de São Bernardo do Campo, esclareceu que o plano de reassentamento associado a SPAR-URE está alinhado às diretrizes da Política Nacional de Habitação e da Política Municipal de Habitação, perseguindo o marco legal brasileiro que protege proprietários e posseiros. Relatou sentir-se orgulhosa pelo fato do município possuir uma política municipal de habitação estruturada para viabilizar o direito à moradia e construída a partir de debate com a sociedade civil. Informou que, até o momento, 3.770 moradias foram viabilizadas para famílias que não eram proprietárias ou que se encontravam em áreas de risco ou sob intervenção de obras municipais. Agradeceu as orientações prestadas pela Universidade de São Paulo, por intermédio de um dos seus profissionais. Tarcísio Sécóli, Secretário de Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, esclareceu que a situação de contaminação provocada pelo lixão do Alvarenga, apesar de persistir desde o ano 2000 até a presente data, ainda aguarda ser solucionada pelas prefeituras, ou seja, a área não foi recuperada. Explicou que todas as cooperativas brasileiras precisam filiar-se a uma associação única, o que considera uma situação antidemocrática, além da legislação vigente sobre a atividade ser autoritária, datando da década de 1970. Discorreu sobre o fato da usina ora discutida não estar sendo implantada para gerar energia

Página 7 de 10



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

elétrica, e sim para tratar resíduos. Relatou que apesar da quantidade de resíduos reciclada ter saltado de 18 toneladas/mês, em 2012, para 450 toneladas/mês atualmente, e da ampliação realizada na coleta seletiva porta-a-porta, não foi realizada contratação de catadores para separar esses materiais e faltam profissionais treinados, apesar dos esforços empreendidos até o momento. Discorreu sobre a importância social e econômica de se trabalhar na profissionalização de pessoal para a atividade e as iniciativas bem-sucedidas de outros países que acabaram com os aterros e lixões e conseguiram gerar energia por meio do biogás do lixo, como ocorre em Portugal. Relatou que o índice de reciclagem de 2% hoje atingido pelo Estado é muito baixo, se comparado à meta mínima de 10% estabelecida para 2016, e que o índice de rejeito, após a reciclagem, corresponde a 40%, considerado muito alto. Disse que sua expectativa para sanar os problemas enfrentados reside na procura por novas tecnologias e soluções criativas, que o setor se dispõe a operar de acordo com a legislação, e reconheceu o papel da CETESB na coordenação e fiscalização do processo de adequação do tratamento dos resíduos gerados. Passou-se à etapa das réplicas. Diego Nicoletti, representante da SBC Valorização de Resíduos S/A, expôs exemplos de outros empreendimentos semelhantes ao redor do mundo e levantamentos dos impactos dessas atividades sobre a saúde pública da população do entorno, veiculados em 2014 por agências governamentais, tais como a Agência de Saúde Pública da Inglaterra. Todos os levantamentos recentes sobre os possíveis impactos da incineração apontam a inexistência de riscos a saúde humana, asseverou. Tais estudos foram apensados ao processo de licenciamento do empreendimento. Pontuou também que situação semelhante foi encontrada na Alemanha. Neste mesmo estudo foi apontado que se não existissem tais plantas de incineração, uma quantidade maior de contaminantes seriam lançados na atmosfera, pelo consumo maior de combustíveis fósseis. Em resposta a Francisca Maria Lima de Araújo, representante da Cooperativa Reluz de São Bernardo do Campo, relatou que os mesmos estudos apresentados, realizados na Alemanha, apontam que as atividades de reciclagem e incineração não são conflitantes. Lançou reflexão sobre o futuro das contratações de catadores pelo fato da Política Nacional de Resíduos Sólidos, a indicar a necessidade de redução da geração de resíduos e implementação dos processos de reutilização. Discorreu sobre o importante papel do bem estruturado plano de educação ambiental que deverá ser implantado, paulatinamente, por todos os municípios. Quanto à compensação ambiental a ser realizada pelo empreendimento, declarou entender que deverá ser levada a efeito dentro da bacia da represa Billings, mas que tal decisão ficará a cargo da Câmara de Compensação Ambiental do Estado. Disse que a remediação do dano produzido pelo lixão do Alvarenga estancará a contaminação ambiental e ampliará o acesso às águas. Relatou que haverá uma equipe permanente de oito técnicos para prestar a manutenção preventiva e corretiva do sistema de incineração que contará com um plano de manutenção a ser estruturado. Argumentou acerca da impossibilidade de traçar comparações entre os Planos Municipais de Resíduos Sólidos de São Bernardo do Campo e de São Paulo, por possuírem metas diferentes. Quanto à rejeição mundial do emprego de plantas de incineração, apresentou informações de pesquisa desenvolvida pelo Instituto Europeu de Pesquisa–ECOPROG, que apontam o crescimento do plantio de espécies vegetais de aproveitamento energético na Europa. Citou que a queda da produção de energia pela matriz hídrica poderá ser solucionada com o aproveitamento energético de resíduos, além de se evitar as emissões de dióxido de carbono pelo acionamento de termoeletricas que operam a diesel. Quanto ao ciclo de vida das plantas de incineração, esclareceu que, a partir do décimo quinto ano, haverá a necessidade de se reinvestir em sua modernização. Esclareceu que a população foi inserida nas discussões, desde o início, quando veio à luz a concepção do plano municipal, também em 2008. Reconheceu a existência de desinformação quanto à etapa de elaboração do plano de reassentamento das famílias, apesar de a empresa Diagonal ter realizado pequenas audiências para explicar o trabalho que estava sendo realizado junto à população residente na área do Alvarenga. Relatou que a fase de comunicação dos trabalhos está prevista para ser realizada em momento oportuno, e que a valoração está sendo realizada a partir de metodologias internacionalmente reconhecidas. Esclareceu que o



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

projeto conta com linha de transmissão para escoar a energia que será produzida e que não faltará resíduo para a operação da usina, que aliás não receberá resíduos de classe I. Refutou a informação de que as plantas de incineração somente são adotadas em regiões pobres, explicando a existência das mesmas em Mônaco. Quanto à infraestrutura, informou que será disponibilizado um caminhão para realizar o transbordo de resíduos para as cooperativas. Em resposta a Ismar Pinheiro Araújo, informou que a remoção das famílias ocorrerá quando o plano de reassentamento for concluído e anexado ao processo de licenciamento ambiental. Afirmou que os estudos de impactos a saúde humana realizados para a vizinhança de termelétricas que utilizam combustíveis fósseis, não são aplicáveis às plantas de incineração. Concluiu observando que o processo de desapropriação ocorrerá somente após a obtenção das licenças ambientais. Diego Nicoletti, representante da SBC Valorização de Resíduos S/A, esclareceu que a prática de se importar resíduos, por déficit na geração dos mesmos, é praticada nos países nórdicos para suprir a geração de energia para calefação das moradias. Reconheceu, no entanto, que a importação de resíduos de outros países, descoberta no Brasil recentemente, é completamente irregular. A utilização da biomassa também é amplamente utilizada, tanto para geração de energia, quanto para fins não energéticos. Clovis Benvenuto realizou uma breve análise do que foi apresentado, concluindo que as ações estão sendo implementadas a partir de um plano previamente estabelecido, inclusive aquelas relacionadas ao saneamento ambiental. Ressaltou a importância que representa para tomada de decisão a existências de estudos internacionais sobre os impactos positivos e negativos da implantação de tratamentos térmicos de resíduos, e que serão no momento oportuno anexados ao processo de licenciamento ambiental. Esclareceu entender que os resíduos são divididos entre o que é passível de ser reciclado e aquela parcela que será encaminhada para geração térmica. Passou-se à etapa na qual se manifestam os representantes do CONSEMA. O conselheiro Pierre Ribeira de Siqueira informou que, além de representar a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental-ABES, é também morador de São Bernardo do Campo. Lançou questionamento sobre qual seria a vantagem do município ter em seu território um empreendimento como o SPAR-URE-SBC. Relatou existirem muitas vantagens técnicas decorrentes dessa implantação. Declarou acreditar que a tecnologia agrega somente o que existe de melhor na atualidade, e noticiou que, recentemente, foi aprovada pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente–CONSEMA uma das legislações mais modernas existentes sobre o controle de poluentes do Estado de São Paulo, e que conta com o aval da CETESB, que é uma das empresas de meio ambiente mais respeitadas do mundo, responsável pela fiscalização do empreendimento com o rigor que lhe é peculiar. Discorreu sobre as variáveis econômicas e sociais que influenciam os níveis de empregabilidade e o desemprego ao longo da história e reafirmou sua crença no projeto de implantação da planta de incineração. Dimitri Auadi, também representante do COMSEMA, realizou breve relato sobre a capacidade produtiva da planta de incineração, destacando que a meta de operação a ser atingida é de 75 a 80% dos resíduos encaminhados à incineração. Relatou ser esse desempenho superior ao observado no Rio Grande do Sul, atingindo o patamar da planta da cidade da Califórnia, que é de 85%. Considerou importante que sejam incluídos estudos de alternativas tecnológicas e a abordagem sobre a preservação dos recursos naturais. Considerou importante avaliar o modelo de coleta e compará-lo à capacidade de processamento dos catadores. Apresentou dúvidas quanto os dados apresentados a respeito do sistema hidroenergético rio Tietê – Henry Borden e às comparações realizadas tomando como referência o principado de Mônaco, cujo território é menor que o município de São Bernardo do Campo. Destacou o fato de que o incinerador será implantado em área de manancial, densamente ocupada. Questionou detalhes sobre as ações e multas previstas no caso de haver interrupção ou queda da quantidade resíduos a ser fornecida pela Prefeitura, conforme contrato assinado. Relembrou os esforços que empreendeu, ao longo de vinte anos, até conseguir o fechamento do lixão do Alvarenga. Para tanto, buscou que o caso tivesse amplo destaque na mídia e atuou como representante do Sindicato de Trabalhadores de Água, Esgoto e Meio Ambiente, no Subcomitê do Sistema Billings. Gabriella Nenna Ferrari, representante do Setor de

Página 9 de 10



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

Avaliação de Sistemas de Tratamento de Resíduos, da CETESB, assegurou que o empreendimento foi cuidadosamente avaliado pelos setores competentes do órgão ambiental, enfatizou a importância daquela como de qualquer audiência pública, especialmente por ensejar o recebimento de contribuições que fornecem preciosos subsídios ao parecer a ser elaborado pela CETESB acerca da viabilidade do empreendimento, documento este que é em seguida encaminhado ao CONSEMA para apreciação crítica de seus membros. Depois de constatar e informar que todas as etapas da audiência haviam sido cumpridas, o Secretário-Executivo do CONSEMA, Germano Seara Filho, esclareceu que todo e qualquer interessado teria o prazo de cinco (5) dias úteis, contados da data desta audiência, para enviar contribuições ou sugestões que tenham por finalidade o aperfeiçoamento do projeto. No curso da audiência, informou, foram protocolizados junto à mesa diretora dos trabalhos os seguintes documentos: 1) solicitação, subscrita por Luiz Rodolfo de Medeiros, presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente do Município de Diadema, requerendo que o objeto das discussões da presente audiência seja apresentado ao órgão; 2) Relatório da comissão científica independente criada pelo parlamento português para verificar o cumprimento do Protocolo de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POP); 3) requerimento subscrito por Virgílio Alcides de Farias, presidente do Movimento de Defesa da Vida do Grande ABC, em que se pleiteia a anulação das audiências públicas que menciona; 4) estudos encaminhados via correio eletrônico pelo conselheiro Dimitri Auad em 11 de setembro de 2014, para incorporação aos autos do procedimento licenciador. Acrescentou que demais contribuições deveriam ser encaminhadas ou pelo correio eletrônico, por meio do endereço [consema.sp@ambiente.sp.gov.br](mailto:consema.sp@ambiente.sp.gov.br), ou através dos Correios, ou, ainda, serem protocolizadas diretamente na Secretaria Executiva do CONSEMA. E, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Rubens Rizek, agradeceu a presença de todos, após o que declarou encerrados os trabalhos. Eu, Gerson Cotrim Filiberto, executivo público lotado no Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do CONSEMA, lavei e assino a presente ata.